

**O SONHO DA METRÓPOLE *FIN DE SIÈCLE* EM VIAS DE DEFINIÇÃO:****Ordem Social, Moral Pública e Mundo do Trabalho em Minas Geraia (1897-1920)\*****THE DREAM OF THE METROPOLIS *FIN DE SIÈCLE* IN WAY OF DEFINITION:  
Social Order and Public Moral and World of Work in Minas Gerais (1897-1920)**

Fábio Luiz Rigueira Simão\*\*

“Tudo em Minas é antinômico, antagônico, contraditório, binário.  
Porém, conflui para sínteses perfeitas.” Sylvio de Vasconcelos.

---

**Resumo:** A construção de Belo Horizonte entre 1895 e 1897 está inserida em um contexto histórico de transformações das instituições políticas, sociais e econômicas do estado de Minas Gerais. Decidir sobre a mudança da capital, proceder à escolha do local apropriado e forjar o projeto de construção motivaram as elites envolvidas neste processo a desejarem uma capital que brindasse a chegada da civilização e da racionalidade, da modernização e do progresso de Minas Gerais. Esse projeto, porém, haveria de se debater com uma realidade de conflitos e descontinuidades. O centro urbano tornou-se palco de uma trama de relações múltiplas de poder e propriedade, decisões político-administrativas e segregação social. Imigrantes e migrantes pobres se amontoavam pelas ruas da urbe a fim de se estabelecer, mas eram combatidos pelo poder público. Médicos sanitaristas, burocratas, engenheiros e policiais agiram nessa direção. Neste artigo debruçamo-nos sobre a problemática construção da cidade de Belo Horizonte (1895-1897) e os primeiros anos de sua existência, enfocando especialmente a questão da habitação, da nova ética do trabalho e da moral pública forjadas na prática e no discurso. A partir de jornais e cartilhas da época, bem como de documentação oficial, estudamos o trabalho de engenheiros, sanitaristas e policiais, que, agindo a partir de novos pressupostos da ciência à época, vão se debater com a resistência de grupos cuja única forma de inserção e assimilação seria a partir da nova lógica do trabalho ali construída e defendida. Pretendemos mostrar como a falta de infra-estrutura e o desinteresse do governo em estender melhoramentos urbanos às classes trabalhadoras acabaram criando a necessidade de se desenvolver métodos e discursos capazes de absorver a população pobre, coagindo-a a partir de uma alocação moral que apelava à convivência pública e a uma nova ética do trabalho difundida entre jornais e discursos oficiais, uma experiência nova para o estado de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX.

**Palavras-chave:** Urbanidade, Trabalho, Moral, Policiamento.

**Abstract:** The construction of Belo Horizonte between 1895 and 1897 is included in a historical context of transformations of the social, economical and political institutions in the state of Minas Gerais. Decide about the relocation of the capital, choose the appropriate place and forge construction project motivated the elites involved in this process to want a capital that would celebrate the arrival of civilization and rationality, modernization and progress in Minas Gerais. This project, however, would also need to struggle with a conflict and discontinuity of reality. The urban center became an arena of a multiple-relation web of power and property, political and administrative decisions and social segregation. Immigrants and poor migrants crowded the streets of the metropolis trying to establish themselves, but they were defeated by the government. Sanitary doctors, bureaucrats, engineers and police would act in that direction. In this paper, we study the construction of Belo Horizonte between 1895 and 1897, focusing specially in the issues about habitation, on a new work ethics and a public moral. We researched in newspapers and official documents to find the discourses of engineers, doctors and police officers. These professionals will face resistance of the working classes. We wish to show how the gaps in the infrastructure of the city, that should make better poor people's quality of life, developed coactive methods and discourses about a moral

---

\* Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado *Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte (1895-1930)*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG – 2008.

\*\* Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa – MG; Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em História pelo ICH – UFJF.

of the work broadcasted throughout the newspapers and official discourses, a new experience of the Minas Gerais state on the turning of the 19th to the 20th century.

**Keywords:** Urbanity, Work, Moral, Policing.

(recebido em 29 de abril de 2012; aprovando em 15 de maio de 2012)

---

Em 30 de março de 1891 reuniu-se em Ouro Preto uma Constituinte em cujos debates um mereceria destaque: a mudança da capital do estado de Minas Gerais. Depois de acirrados debates entre “mudancistas” e “antimudancistas”,<sup>1</sup> a opção pela mudança impôs ao governo outra questão: a escolha do local para onde rumaria o corpus administrativo do estado. Cinco regiões foram estudadas por comissões específicas: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei. A Lei nº 3, de 1893, tornara oficial a escolha por Curral, pequeno vilarejo agropastoril já então conhecido pela população como Belo Horizonte. Em menos de dois meses, era criada a Comissão Construtora da Nova Capital Mineira. Nomeado engenheiro-chefe da mesma, o politécnico Aarão Reis auferiu poderes deliberativos na escolha de sua equipe, compondo-a essencialmente de mentes como a sua, afeitas à racionalidade do urbanismo moderno e ao positivismo republicano da época.<sup>2</sup> Iriam começar as obras (BARRETO, 1936).

A concepção de Belo Horizonte está inserida em um contexto de contradições políticas, sonhos e desventuras de modernidade. A propósito, cumpre ressaltar, a nova capital haveria de estabelecer uma síntese conciliatória para um estado em vias de cisão política.<sup>3</sup> Era iminente nas últimas décadas do Império a possibilidade de o sul de Minas, região mais próspera da província à época, enriquecida pelo café, se separar do restante do território. Conforme as propostas apresentadas pelos políticos sulistas, a região seria anexada ao estado de São Paulo ou constituir-se-ia em uma nova província com o nome de Minas do Sul (MELLO, 1996).

A essa crise de articulação entre as elites mineiras (Mata e Sul, de um lado, e Centro e Norte, de outro), a construção da nova capital, em local central e equidistante em relação às disputas regionais do estado, assumiria o compromisso de promover um equilíbrio de forças e a conseqüente conciliação. A construção de Belo Horizonte – símbolo da ilustração republicana – emergiria do ideal de unidade, sendo então síntese da competência das elites estaduais e do equilíbrio de seus desejos políticos (IGLÉSIAS, 1987; MELLO, 1996).

---

<sup>1</sup> Ficaram assim conhecidos os parlamentares que se posicionaram a favor ou contra a mudança da capital (veja-se IGLÉSIAS, 1987 e LINHARES, 1905).

<sup>2</sup> Sobre Aarão Reis e suas convicções pessoais e profissionais, ver PAIM, 1999 e SALGUEIRO, 2001.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver IGLÉSIAS, 1987; LE VEN, 1977; BOMENY, 1994; MELLO, 1996; DUTRA, 1996.

Ouro Preto, antigo centro administrativo de Minas Gerais, representava a irracionalidade das formas, o povoamento desordenado, algo incompatível com o pensamento urbanístico triunfante, muito evidente na formação politécnica de Aarão Reis,<sup>4</sup> responsável pela planta da cidade. Daí o tom entusiasta do discurso da elite afinada com o ideal da conciliação, para quem o sucesso da cidade coincidia com a sua própria sobrevivência junto ao poder. Segundo H. Bomeny:

“Belo Horizonte tornava-se abrigo para os que quisessem mergulhar no ‘sonho da razão’. Sob a proteção da autoridade da ciência, Aarão Reis ia traçando seu projeto, exigindo atendimento às condições de higiene, àquilo que seria a comprovação de que pela razão científica se chegaria ao aperfeiçoamento social.” (BOMENY, 1994, p. 43)

A personagem Lená de *A Capital*, romance de Avelino Fóscolo, publicado em 1905, encarna bem o tipo que se lançou na direção do “sonho da razão” e da modernidade. Segundo aponta mais uma vez Bomeny (1994, p. 49), “como Lená, uma geração de políticos, intelectuais e artistas tratavam de defender, 'em nome de uma idéia futura', um presente caótico”.

Cumprir lembrar que a cidade, enquanto espaço, onde transitam pessoas e ideias, práticas e relações de poder, faz-se também de “projetos adjacentes”. É importante observar que não houve coincidência de posições diante do futuro da nova capital entre os grupos que para lá rumaram desde a supostamente feliz ocasião de sua inauguração. Textos da época e observações posteriores apontam para essa *diversidade* de perspectivas.<sup>5</sup> Com efeito, o projeto oficial da cidade (a planta de Aarão Reis e os anseios conciliatórios das elites mineiras) houvera de debater-se com “outros projetos” de pessoas comuns e mesmo de lideranças tradicionais do antigo arraial. Da mesma forma que se louvava a cidade se a criticava também. Monteiro Lobato (*apud* Julião, 1996, p. 62-63), em visita à cidade nos primeiros tempos de sua consolidação escreveu: “Existe uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito”. E, de modo a corroborar a observação de Lobato, o cronista João do Curral, no mesmo *Diário de Minas* lembrava o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: *Poeirópolis!*<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Aarão Reis de Carvalho (1833-1936), nasceu em Belém, naquele tempo província do Grão-Pará; formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e foi o primeiro engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira.

<sup>5</sup> Veja-se para uma discussão sobre os projetos políticos e as discussões sobre a mudança da capital mineira, por exemplo, LINHARES, 1905. Uma análise historiográfica recente pode ser encontrada em IGLÉSIAS, 1987; FARIA, 1985 e DULCI, 1984.

<sup>6</sup> CURRAL, João do. “A propósito do aniversário da Capital”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 dez. 1927, p. 1. *Apud*: MAGALHÃES, 1989:85.

A desventura da larga fileira de mão de obra pobre angariada pela administração pública a fim de erigir a cidade seria igualmente notável no seio desse intrincado processo. De qualquer forma, a planta matriz foi apresentada ao governo em 1895. Aarão Reis ordenara de pronto que a rala população do antigo lugarejo deixasse suas casas abrindo alas às obras. Como aponta J. Márcio Barros (2004, p. 7), “já em 1894, a Comissão Construtora determina a desapropriação de 430 casas a fim de não obstaculizar o desenvolvimento das obras”. Em ofício endereçado ao governo do estado, Reis presume uma cidade rigorosamente racional e excludente.

“Foi organizada, a planta geral da futura cidade dispendo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em angulos rectos, e por algumas avenidas que as cortam em angulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, [...] às avenidas fixei a largura de 35 m [...] Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada á ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constitui-la em centro obrigatorio da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosequimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma **avenida de contorno** [...]. A zona suburbana, de 24.930.803 m<sup>2</sup> [que circunda os bairros centrais...] é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.”<sup>7</sup>

A planta resolve-se sob três divisões fundamentais, como pode observar-se: zona urbana, reservada às “boas” famílias, aos funcionários do estado <sup>8</sup>; zona suburbana, reservada aos trabalhadores pobres e antigos moradores do que então passaria a ser o centro da nova capital; e, por fim, a zona rural, em que se realizaria a pequena agropecuária de abastecimento.

Não tardaria até que a essa imagem ideal da nova cidade viessem se somar fronteiras ideológicas. Tão logo iam chegando imigrantes pobres – nomeadamente italianos – para compor o braço forte que ergueria a nova capital, o corpo policial ia se aparelhando e começava a agir no cotidiano da cidade. Rapidamente os bairros fora da linha da “avenida de contorno”, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e com a turbulência (ANDRADE, 1987). Nas pastas de ocorrências policiais da chefia de polícia de Belo Horizonte, reunidas em documentos concernentes à prática do cotidiano daquela instituição no ano de 1915, pode-se ler as seguintes palavras do Chefe de Polícia:

“[...] *vagabundos* e desordeiros se aglomeravam nas TASCAS e TAVERNAS para promoverem ASSUADA e DESORDEMS, determinei ao subdelegado

<sup>7</sup> Ofício nº26, Aarão Reis, engenheiro-chefe da *Comissão Construtora da Nova Capital*, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

<sup>8</sup> O bairro até hoje se chama Funcionários e fica em região nobre da cidade, inscrita à Avenida do Contorno, sendo adjacente à famosa e cobiçada Savassi.

desses dois distritos policiais [refere-se ao Calafate e ao Barro Preto, bairros adjacentes à zona urbana] que, em giro de inspeção, reprimisse taes abusos, prendendo os perturbadores da ordem pública [sic]" (grifos nossos).<sup>9</sup>

Note-se como a ação policial é deliberada: já que se trata de distritos policiais situados em "lugares perigosos"<sup>10</sup> deve-se não medir esforços para prender. Os turbulentos não de ser enquadrados em giro de inspeção – medida preventiva (!). Esse é o ambiente urbano conflituoso em que se funda a nova capital mineira. Somada à ação deliberada contra os desviantes da ordem, louva-se a ordem trazida pelo novo e o moderno em detrimento do arcaico, a civilização em detrimento da barbárie, o trabalho em detrimento da vadiagem.<sup>11</sup>

Neste artigo, pretendemos mostrar como a falta de infra-estrutura e o desinteresse do governo em estender melhoramentos urbanos às classes trabalhadoras, bem como admiti-las nos bairros centrais da cidade, acabaram propiciando o desenvolvimento de métodos e discursos que a absorvessem a partir da coação e de uma alocação moral que apelava à convivência moral em meio público (uma experiência nova para o estado de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX) e a uma nova ética do trabalho, livre, ordeiro e regular.

Cruzamos fontes primárias com material desenvolvido pela historiografia sobre Belo Horizonte a fim de chegarmos aos elementos constituintes das noções de cidade, ordem, trabalho e moral, veiculados à época. Tentaremos seguir os passos da própria cidade para percebê-la como uma realidade em desenvolvimento. Veremos que a *urbe* belo-horizontina foi desde os tempos de sua construção um lugar de vigilância, inserido no processo de modernização dos aparelhos policial e administrativo, em geral, e do espaço urbano, em particular, sendo exemplar neste sentido. Diferente de outras cidades do Brasil que naquele mesmo período (final do século XIX e início do século XX) passavam por processos de *reformas*, a capital mineira fazia-se *originalmente* sob a cifra da modernidade e do progresso, sendo lugar privilegiado para o estudo dos processos sócio-históricos de (re)construção do *ser* e do *conceito* de trabalhador.

---

<sup>9</sup> Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

<sup>10</sup> A Barroca e o Barreiro, como o Calafate e a Lagoinha, eram bairros operários e circunscrevem-se à lógica organizacional da cidade como *lugares de enclave*, <sup>1</sup> em cuja sorte estaria incrustada a idéia de desordem e baderna. A propósito desses bairros os jornais difundiam noções como "focos de periculosidade" e "zonas pecaminosas" (Veja-se Hélio Gravata em suas contribuição bibliográfica sobre Belo Horizonte, na REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, n. XXXIII, 1982).

<sup>11</sup> Esse quadro coloca-nos imediatamente a questão da formação de da cidadania republicana pretendida na carta constitucional de 1891. a cidade de Belo Horizonte haveria de se debater com essa questão. Neste sentido, Leticia Julião (1996, p. 52) salienta que "longe de constituir-se em um espaço adequado ao surgimento de uma sociedade politicamente ativa, composta de indivíduos emancipados e convertidos em cidadãos, a cidade engendrou uma experiência de modernidade ambígua e paradoxal, na qual a vida pública, em particular, estava repleta de distorções".

Belo Horizonte foi concebida inicialmente como capital modelo do novo regime republicano. Segundo palavras de João Pinheiro, tratava-se da “filha primogênita das realizações materiais da República”. As referências em jornais da época, bem como os relatos de jornalistas vindos da capital federal, como Artur Azevedo e Olavo Bilac, por ocasião da inauguração da cidade, registram a satisfação e o clima de festejo com que se recebe a nova capital mineira. Azevedo, em seu conjunto de crônicas intitulado *Um Passeio a Minas*, publicado originalmente n’O *Paíz*, ufana a república e a nova cidade com as seguintes palavras: “[...] formoso planalto, tão bem escolhido para a capital de um grande estado e que poderia ser – por que não dizê-lo, *quando todos os sentem?* – a própria Capital da República” (Azevedo, 1901, p. 2, grifos nossos). De novo na observação de João Pinheiro citado por Mello:

“A nova capital, a mais famosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a NOIVA DO TRABALHO ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade [...]”. Mello, 1996 *apud* DUTRA, 1996, p. 45.

Tudo ali reclamava perfeição. A cidade estava, por assim dizer, no centro das atenções do poder público do Estado de Minas Gerais desde as discussões sobre a transferência da capital. Era sem dúvida o maior empreendimento do governo, o seu mais célebre e ousado gesto político-administrativo. Alfredo Camarate, engenheiro da comissão construtora, sob o pseudônimo Alfredo Riancho, publicou no jornal *Minas Gerais* de Ouro Preto em 1894 as seguintes palavras:

“[...] uma capital para os filhos do Estado de Minas [...]; filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; a criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não aos econômicos [...]. Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo.”<sup>12</sup>

Essas matérias apontam para certa “cultura da reverência”, cultivada desde os primeiros tempos entre aqueles que estiveram, de alguma forma, envolvidos com a construção da capital. Padre Dias, como vimos, tem também contribuição marcante nesse contexto. Esse hábito parece ter arraigado no característico da cidade, sendo recorrente no meio jornalístico mesmo décadas após os três ou quatro anos entusiasmados que se seguiram à inauguração oficial. E não se tratava mais apenas de louvar a capital com palavras poéticas e relações intrincadas com o pensamento científico da época como se pode observar em Camarate, mas também de apresentar, em linguagem simples e direta, dados como o custo da cidade para o tesouro

---

<sup>12</sup> MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2. *Apud*: MAGALHÃES, 1989.

estadual. O jornal Folha Pequena criou em 1904 uma coluna intitulada “Pela Cidade”, destinada a registrar: “[...] diariamente os acontecimentos mais notáveis da cidade. Será uma especialidade *compte-rendu* do movimento local, uma *summula commentada* de todo noticiário da Folha [...] colorir com as tintas vivazes de todos pormenores, as grandes e as pequenas notícias”.<sup>13</sup>

Parecia estar plantada na alma da cidade essa característica de sempre *relembrar* os dias gloriosos de sua construção, bem como os passos felizes que iam colorindo o seu cotidiano ordeiro e fiel ao som reverberante das máximas que se podiam ler no estandarte central do próprio Palácio da Liberdade, sede do governo: “Saudação, Trabalho, Fortuna e Esperança”. As matérias noticiadas na imprensa criavam ao mesmo tempo em que refletiam um imaginário reverente e entusiasta que colocava a cidade e “seu” povo no pedestal das mais grandiosas e estimáveis grandezas da República e, por conseguinte, do Estado de Minas Gerais.

Neste particular é notável a influência dos preceitos católicos, ao tratar família e trabalho como instituições determinantes da “boa índole” do povo mineiro, discurso recorrente entre os periódicos da época. O *Operário*, por exemplo, jornal da classe trabalhadora católica, subscreve-se como *Orgam da Confederação Catholica do Trabalho*, enfatiza, mesmo em matérias contestatórias, aliás especialmente nelas, as qualidades do “bom trabalhador mineiro”, como veremos a seguir. O jornal *Povo Mineiro*, também demonstrando tendências a veicular a cultura católica presente em artigos dessa monta e medida, pretende-se em perfeita consonância com o quarteto certa vez proferido por Afonso Pena: “Deus, Patria, Familia e Liberdade”. Veiculando artigo em que cita o pronunciamento do político mineiro, o semanário ressalta em sua edição inaugural: “[...] dahi [refere-se à combinação dos quatro elementos citados] nasce o nobre e justo apego deste povo [mineiro] aos sentimentos religiosos; dahi [...] decorre o respeito dos mineiros ás leis e ás autoridades [sic]; dahi a sua belleza moral e a sua simplicidade de costumes[...].”<sup>14</sup>

No período de edificação da estrutura urbana básica e dos principais prédios do governo, entre 1895 e 1897, é marcante em Belo Horizonte a presença de imigrantes, nomeadamente italianos, cujo fito era compor a mão-de-obra que ergueria no menor tempo possível a nova e vigorosa cidade. Neste particular – o da presença imigrante – Belo Horizonte, mesmo antes de ser inaugurada, já se debateria com a questão da ordem, e muito de sua problemática central resolver-se-ia no âmbito do trabalho. O grande canteiro de obras, a despeito desse estado transitório entre o vilarejo que se esvaía e a pretensamente bela (e útil) cidade que ia ganhando conformação, já reclamava vigilância imposta pela presença de homens pobres cujo batente haveria de elevar a capital dos sonhos da elite mineira à época.

---

<sup>13</sup> FOLHA PEQUENA, Belo Horizonte, 23 ago. 1904.

<sup>14</sup> POVO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 nov. 1914.

Ainda no ano de 1894, quando ficara resolvido o local para onde rumaria a inteligência construtora da nova Cidade de Minas,<sup>15</sup> a comissão, na pessoa de seu engenheiro-chefe, Aarão Reis, encabeçara uma política deliberada de incentivo e financiamento da imigração.<sup>16</sup> A ideia era compor rapidamente o quadro de operários da construção civil estatal, mãos e energia que ergueriam a nova e propícia cidade (DUTRA, 1979). É notável o contingente italiano presente nessas levas contíguas de imigrantes. Segundo Norma de Góes Monteiro (1974), o número de imigrantes de proveniência italiana com entrada em Minas Gerais, entre 1894 e 1901, representa sempre mais de 70% em relação ao total de estrangeiros, dentre os quais figuram, com menos expressividade e nessa ordem de grandeza, portugueses, espanhóis, franceses e alemães.

Em Belo Horizonte esses índices parecem se repetir devido à referida política de incentivo e patrocínio estatal à imigração. Segundo Berenice Guimarães (1991, p. 68):

“Em 1894, chegou a Minas a primeira leva de 292 italianos, sendo parte deles alojada na Fazenda do Barreiro, em Belo Horizonte, desapropriada para tornar-se Núcleo Agrícola. Em 1897, já existiam 31 famílias morando no local, perfazendo um total de 185 pessoas, das quais 56,8% (105) eram estrangeiros, italianos principalmente”.

A formação dos núcleos agrícolas remonta ao projeto do governo de criar áreas de produção primária para abastecimento da nova capital, como se pode observar na planta matriz. Porém, diante de sua sucessiva ocupação, passaram a adquirir originalmente feições de um bairro suburbano. Isso aconteceu com o bairro Carlos Prates, que destinado à zona rural segundo a planta original, passou à categoria de zona suburbana. Outros núcleos tiveram destino idêntico, entre os quais se destacam: Lagoinha, Horto e Santa Efigênia (GUIMARÃES, 1991).<sup>17</sup>

Importa observar que os núcleos agrícolas, embora não tenham sido de todo preparados para receber os imigrantes, apresentavam minimamente condições de estabelecimento, talvez por tratar-se de sítios, onde o desenvolvimento do local dependia da atividade do próprio colono, cabendo ao governo apenas ceder as terras. Segundo Mirtes Esteves (2003, p. 59):

<sup>15</sup> Belo Horizonte teve esse nome – Cidade de Minas – de 12 de dezembro de 1897, quando foi inaugurada oficialmente, até 1901, quando a Lei estadual nº. 302, de 1º de junho, fez retornar à nomenclatura original.

<sup>16</sup> Cumpre lembrar que a política de incentivo à imigração para a construção de Belo Horizonte circunscreve-se a uma política oficial de incentivo à imigração em todo o estado de Minas Gerais, o que, por sua vez não deixava de acompanhar uma tendência nacional. Como nota Berenice Guimarães, “de acordo com os planos do Estado [Minas Gerais] e como uma de suas metas, desde 1892 (Lei nº. 32, de 18/07/1892), o governo começou a estimular, mediante a concessão de diversos favores, a imigração da mão-de-obra estrangeira. Esta destinava-se à formação de Núcleos Agrícolas no interior do Estado e em Belo Horizonte, e também a auxiliar na construção da nova Capital, cuja arquitetura rebuscada dos prédios exigia mão-de-obra qualificada” (Guimarães, 1991, p. 67).

<sup>17</sup> Criou-se em Belo Horizonte, entre 1896 e 1899, cinco Núcleos Agrícolas: Carlos Prates, Américo Werneck (inicialmente denominado Córrego da Mata), Bias Fortes, Afonso Pena e Adalberto Ferraz. Segundo Guimarães, “em 1900, havia uma população de 1137 pessoas vivendo nos Núcleos” (Guimarães, 1991, p. 68).

“Estando situados muito próximos da zona urbana, os núcleos se consolidaram como o local mais favorável ao assentamento dos agricultores e operários, mesmo depois que deixaram de funcionar como tais e se incorporaram ao espaço urbano da cidade em expansão. Ali, imigrantes, operários, agricultores e a maioria daqueles que não tinham maiores recursos financeiros puderam adquirir seu lote e construir sua morada, enquanto a área urbana, possuindo melhor infra-estrutura e prevista por Aarão Reis como a primeira a ser ocupada, permaneceu semi-vazia por muitas décadas.”

O ideal da Comissão Construtora não foi mesmo promover o povoamento do novo espaço urbano, dado o perfil do próprio processo de imigração. Em primeiro lugar, desejava-se que viessem apenas solteiros, já que famílias inteiras demandariam ordenações no espaço que não estavam na ordem do dia dos engenheiros construtores. Em segundo lugar, a Hospedaria do Imigrante, erguida pela comissão construtora, fora criada com o mero propósito de receber os estrangeiros, recrutando-os ao trabalho imediatamente.<sup>18</sup>

Com efeito, não havia um plano de recepção do imigrante como colono, isto é, como povoador de um espaço em construção. Seu destino era meramente compor o braço que haveria de erguer a capital, nada mais, ao menos a princípio. Embora fosse assim chamado – colono –, o imigrante pobre apenas viria preencher um vazio, o da falta de mão-de-obra imediata, aliás, a sua presença não era bem-vinda enquanto povoador, sobretudo quando vinha com mulher e filhos, o que, aliás, ocorreu com alguma frequência, apesar da sempre enérgica ação em contrário por parte da comissão construtora.<sup>19</sup> Segundo Luciana Andrade (1987, p. 4), sendo, pois, insuficientes as medidas de contenção da imigração familiar, “a alternativa foi a ocupação da zona suburbana, onde surgiram [bairros como] Favela e Leitão”.<sup>20</sup>

Estaria, assim, resolvido o problema da habitação dos imigrantes, ou melhor, o problema da sua mera acomodação, já que no esteio desse “problema solucionado” outros tantos viriam. O povoamento nas áreas suburbanas se deu de maneira eminentemente desorganizada e inoperante. Desta forma, à cidade nobre e opulenta, onde não havia habitação modesta, só

---

<sup>18</sup> A Hospedaria do Imigrante foi construída pela própria comissão, em 1896, inserindo-se como um dos elementos componentes da logística de acomodação e recrutamento. Segundo Abílio Barreto, trata-se de “(...) um grande edifício de madeira, sobre pilares de tijolos e cobertura de zinco, com as necessárias condições higiênicas e acomodações separadas para solteiros e famílias, podendo acomodar cerca de 200 pessoas” (BARRETO, 1936, p. 395).

<sup>19</sup> Sobre o perfil dos imigrantes chegados no que toca presença ou não de família, veja-se BARRETO, 1936 e GUIMARÃES, 1991, p. 69.

<sup>20</sup> Segundo Abílio Barreto, Córrego do Leitão “[...] ficava aquém da velha fazenda do Leitão, na margem esquerda do córrego desse nome e se espraiava pela colina fronteira [Barro Preto]. A Favela ocupava toda a colina que vai da atual Avenida do Contorno, em frente às estações da Central e da Oeste [também chamado Alto da Estação, em Santa Tereza]” (BARRETO, 1936, p. 350). Como se vê, na verdade Favela e Leitão não representam áreas suburbanas se tomadas em relação à planta matriz de Aarão Reis. A propósito, essas duas localidades, circunscritas à área urbana e, portanto, central da cidade, sofrerão austera intervenção do poder público municipal, como veremos à frente.

palácios e palacetes, retratada por Arthur Azevedo (1982), justapunham-se os bairros operários, improvisados, repletos de cafuas e barracões, tavernas, bares e botequins.

A historiografia sobre Belo Horizonte no período por nós focado concorda que a planta de Aarão Reis, exemplarmente excludente, permite ver uma situação deliberada de segregação (original) do espaço. A Hospedaria do Imigrante, citada acima, era o único reduto de recebimento dos imigrantes. Guimarães (1991) afirma tratar-se a mesma de um barracão de madeira, construção parca e provisória (o prédio oficial viria a ser inaugurado nada menos que 30 anos depois do início da construção da cidade, em 1925!), absolutamente insuficiente para abrigar o contingente sempre numeroso de imigrantes chegados ao canteiro de obras da nova capital. Mormente acompanhados de suas famílias, os imigrantes iam abarrotando a cada dia o modesto prédio destinado à sua acomodação prévia. Os saídos dali, e os que nem chegavam a usar as instalações da hospedaria, iam procurar abrigar-se em cafuas e barracões nas áreas adjacentes ao seu local de trabalho.

Esse quadro impôs à própria Comissão Construtora duas providências inusitadas: primeiramente, abriu-se mão da lei que proibia a construção de prédios provisórios abastidos das mínimas condições de se sustentar; depois, a mesma Comissão passa a construir “[...] pequenas casas de pau a pique, cobertas de zinco, com acomodações para famílias e solteiros, as quais se acham todas alugadas por módica mensalidade”.<sup>21</sup> É assim que 1111 licenças são concedidas pela Comissão Construtora à iniciativa privada de Belo Horizonte, entre janeiro de 1896 e maio de 1897, para construção de cafuas e barracos provisórios, “[...] destinados à residência de famílias, hotéis, restaurantes e casa de pensão” (BARRETO, 1936, p. 571).<sup>22</sup>

A realidade que se configura em Belo Horizonte nesses anos de sua construção é, pois, a da segregação sócio-espacial. A Comissão Construtora, na pessoa de seu engenheiro-chefe, antes Aarão Reis (1894-1895) e depois Francisco Bicalho (1895-1897), deliberava com autoridade plena sobre a conformação espacial da cidade que se edificava. Lembre-se que nessa época houve estatização em massa de setores e reservas naturais no perímetro de Belo Horizonte, assim a gestão do espaço naqueles anos estava nas mãos da inteligência construtora. A comissão teve, então, o duplo ensejo de, a um só tempo, cuidar para que população trabalhadora estivesse minimamente acomodada para dar, assim, continuidade às

---

<sup>21</sup> Documento citado por BARRETO, 1936, p. 396 apud GUIMARÃES, 1991, p. 69.

<sup>22</sup> Cumpre lembrar que esse plano de “[...] concessão de incentivos a Companhias e particulares que se interessassem em construir casas para operários e população mais pobre não surtiu os efeitos desejados. O desrespeito das empresas aos acordos estabelecidos levou o governo a retomar os terrenos em janeiro de 1928” (GUIMARÃES, 1991:155).

obras, e distribuir favores e privilégios entre os grupos dominantes. Como lembra Guimarães (1991, p. 70-71):

“os privilégios concedidos aos proprietários de casa em Ouro Preto foi a forma encontrada pelo governo para vencer a resistência dos antimudancistas – burocratas, proprietários de imóveis e comerciantes da antiga capital – ao mesmo tempo em que incentivava sua vinda para Belo Horizonte [...] atingindo objetivos não só de natureza política mas, também, prática: a transferência do comércio e dos negócios de Ouro Preto para a nova Capital”.

Segundo Faria e Grossi (1982, p. 176):

“O caráter segregativo facilmente perceptível na planta da cidade e a retenção de lotes nas mãos de uns poucos proprietários, entre eles o próprio Estado, evidenciam o interesse das classes hegemônicas em se utilizarem da estrutura urbana como um dos instrumentos de dominação.”

A segregação espacial refletia e anunciava a um só tempo o começo de um longo processo de segregação cultural. A cidade da ordem<sup>23</sup> não poupará esforços para construir fronteiras, tanto geográficas, isto é, concretas, lembre-se do limes concreto representado pela Avenida do Contorno, como também simbólicas para afastar das áreas centrais elementos indesejáveis. Caminhava-se, pois, para a constituição de duas faces organizadoras de uma mesma realidade: um ambiente real de contradições e diferenças sociais e um aparato simbólico de criação do indesejado, algo que estabelece o alvo da ação policial, especialmente a partir de predicativos referentes ao mundo do trabalho.

A presença de novos atores históricos e a própria natureza e envergadura do empreendimento – i.e., a construção de uma nova capital – impunham uma preocupação com relação à ordem no espaço. É nesse contexto que entra em cena a figura do capitão Antônio Lopes de Oliveira. Delegado da comarca de Sabará, o capitão da força pública estadual terá estendida a sua autoridade para Belo Horizonte, sendo elevado ao cargo de subdelegado, em 1895, nele permanecendo até o final de 1897, quando da inauguração oficial da nova capital. A

---

<sup>23</sup> Chamamos *cidade da ordem* àquela parcela das elites proprietárias que habitavam a área central da cidade, área considerada na planta de Aarão Reis como urbana. Partimos do pressuposto de que esses grupos proprietários são os principais difusores e depositários do discurso da cidade modelo, limpa e organizada, pronta para progredir e prosperar. A esses grupos interessava a cidade bem ordenada, em que a segregação espacial – o que implica em concentração de recursos para infra-estrutura e beneficiamentos em geral para a zona urbana – fosse o pressuposto do desenvolvimento industrial (Segundo Faria e Grossi (1982), as elites que ocuparam as zonas centrais da cidade de Belo Horizonte, conquanto representem centralmente os interesses cafeeiros da Mata e Sul do estado, apresentam-se já como precursores, senão da prática industrial ao menos da concordância sobre a necessidade de se organizar o mundo do trabalho na capital, a fim de promover a industrialização). A esses grupos interessaria, pois, levar a cabo as resoluções legais presentes na Constituição (republicana) de 1891. Nesse contexto insere-se o Código Penal de 1890, marcadamente destinado a crimes no espaço urbano, e reiteradamente preocupado com o *espaço público*. Às elites proprietárias de Belo Horizonte interessava, conforme acreditamos, a conformação de um espaço cidadão que fosse a um só tempo o lócus e o pressuposto do exercício de sua dominação.

presença dessa nova figura em Belo Horizonte guarda relações diretas com o crescimento populacional (veja-se Tabela 1 em anexo).

De fato o crescimento foi vertiginoso nos anos de construção da cidade e com frequência esse inchaço populacional suscitou olhares alarmados à questão da desordem. Associava-se o crescimento populacional à proliferação de focos de conflito e periculosidade. Segundo Abílio Barreto o número de operários em Belo Horizonte aumentaria de maneira acentuada no ano de 1896, perfazendo assim um quadro de gentes diversas, “[...] de todas as nacionalidades [...] aventureiros, desclassificados e malfeitores de toda espécie” (BARRETO, 1936, p. 352). Esse tipo de preocupação era manifestado pelos jornais da época, mas também pelo próprio Aarão Reis, que no ofício de número 462, de 12 de novembro de 1894, endereçado aos chefes de Divisões, registrava o seguinte:

“Certo de que V. S. bem comprehende quanto é delicada e cheia de dificuldades a minha posição á frente dos trabalhos desta Comissão, que são executados em uma localidade afastada de prompta acção das auctoridades do Estado, e onde só posso manter a ordem e a disciplina entre numeroso pessoal recrutado das camadas mais infimas da sociedade, dando á auctoridade policial local a força moral e todo o prestigio de que carecer para suprir a deficiencia de seus meios de acção material, - dou por muito recommendado a V. S. que envide, com o maximo cuidado, os mais incessantes esforços para que todos os auxiliares de V. S. se compenetrem da necessidade que temos todos, no proprio interesse de nossas familias, de prestigiar, por todos os modos e em todas as circunstancias, a auctoridade policial, de modo a que possa ella agir com resultado em qualquer emergencia difficil e imprevista que, quando menos esperemos, surja aqui”. A ordem e a disciplina garantem-se melhor pelo exemplo dos que estão em posição de comprehender melhor as conveniencias sociaes do que mesmo pela força material.”<sup>24</sup>

Além de registrar o perigo iminente suscitado pela presença de contingentes populacionais que vinham servir de mão-de-obra ao edifício da cidade, Reis parece ocupar-se em difundir um “senso de ordem” entre os cidadãos que se julguem homens de família, e que, por isso, tenham interesse direto na manutenção da ordem e da segurança públicas através da disciplina. Daí dizer-se que a ordem e a disciplina garantem-se melhor se compreendidas e, digamos, praticada por aqueles que têm consciência das “conveniências sociais”.

Esse raciocínio do engenheiro-chefe da Comissão Construtora ilustra bem aquilo que chamamos “cidade da ordem”. Apela-se sempre para a causa da cidade, isto é, convoca-se os cidadãos a interiorizarem-na de maneira completa, encarnando suas dores de crescimento, seus problemas, suas demandas. Agir em prol da cidade, ou antes, do futuro dela, nesse tipo de

---

<sup>24</sup> Citado por BARRETO, 1936:349.

discurso pode ser interpretado como uma forma de circunscrever os passos do cidadão aos passos da cidade, submetendo, assim, a sorte dos habitantes à fortuna mesma da nova capital.

É importante notar que o “problema” do aumento populacional<sup>25</sup> apreço associado à presença de homens e mulheres de comportamento imprevisível, sem raízes com o local, o que contrasta com a trajetória pretendida pelos habitantes da cidade oficial, da cidade da ordem, a quem competiria imediatamente ação enérgica na direção da contenção e possível eliminação das novas mazelas urbanas. *O Contemporâneo*, periódico de Ouro Preto, em 23 de dezembro de 1894, ao noticiar a agressão por parte de alguns operários da construção civil ao senhor Carlos Poma, empreiteiro responsável pela construção do Palácio Presidencial, dizia que os agressores, presos em flagrante pelo Capitão Lopes, faziam parte da população recém-chegada ao arraial, “[...] numeroso pessoal, em grande parte alheio ao sentimento do dever”.<sup>26</sup>

Esse senso de responsabilidade para com o bom amadurecimento da nova cidade também enuncia traços profundos de segregação: caberia a alguns, os homens de bem e de família – representados nos primeiros anos (1894-1897) pelos membros da comissão construtora –, sempre adstritos à área central da cidade, o bom senso e a qualidade de receptáculos do “sentimento do dever”. Aos demais, a massa trabalhadora, restaria o estatuto potencial de turbulento e desordeiro. Essa dicotomia – ordem/desordem – personifica na figura do capitão Lopes uma síntese de equilíbrio, urgindo centralmente o dever de cuidar da cidade para que a ordem perdurasse ante a desordem iminente.

Descreve-se a figura do Capitão Lopes como sujeito ponderado, de temperamento previsível. Apesar de seu diminuto destacamento de praças, o Capitão Lopes soubera com “[...] coragem, serenidade, critério e energia [...] ter acção prompta, segura, justa e decisiva para cada caso surgido [de modo que] nunca foi a ordem alli [Belo Horizonte] sériamente alterada, e havia muita sociabilidade entre as famílias, que trocavam visitas e partilhavam de festas intimas, passeiando [sic], sem receio á noite”.<sup>27</sup> Essa é a imagem que passou pelos jornais da época. O

---

<sup>25</sup> Padre Dias registra um aumento de cerca de 130% na população de Belo Horizonte em pouco mais de um ano e meio: de 2600 habitantes em março de 1894, o arraial passa a 6000 em dezembro de 1896. Não temos dados exatos sobre a percentagem de operários que compunham essas 3400 pessoas acrescentadas à população original, mas considerando a política de incentivo à imigração e observando dados levantados por Berenice Guimarães – que registra picos exponenciais de aumento populacional entre 1893 e 1897, chegando a 12000 pessoas, ente as quais 7000 eram trabalhadores, em cuja maior parte estavam estrangeiros, sobretudo italianos pobres (GUIMARÃES, 1991:68) –, e acrescentando-se ainda a análise de Michel Le Ven para o período de 1893-1914 – em que se tem no quadro de trabalhadores da capital a participação de 52,31% em atividades dos setores primário e secundário, o que sugere operários (urbanos) e sítiantes pobres (rurais) –, podemos conjecturar que nos tempos do capitão Lopes, isto é, entre 1895 e 1897, a população belo-horizontina crescera em função dos contingentes populacionais pobres (LE VEN, 1977). Abílio Barreto, sem fazer referência à fonte consultada, afirma que Belo Horizonte tinha no ano de 1896 cerca de 5000 operários (veja-se BARRETO, 1936:352).

<sup>26</sup> Citado por BARRETO, 1936:350.

<sup>27</sup> BARRETO, 1936:350.

capitão Lopes, recebido com entusiasmo e cortesia no seio das “boas famílias”, inspirava a ordem na sua forma mais bem acabada. A família, associada à docilidade e ao senso de ordem dos mineiros sob égide da religião (recorde-se Afonso Pena – “Deus, Pátria, Família e Liberdade”) passou pela história da cultura mineira como eixo central da idéia de uma “sociedade de bem”. Aos tempos do Capitão Lopes essas representações, a propósito da ordem e da moral cidadinas, concorreriam para o balizamento de uma postura discriminatória calcada em um raciocínio de negação do diferente: o homem de bem reúne predicativos afins com a ordem, entre os quais se destaca o pertencimento a uma família devidamente acolhida pelos pares da cidade; já o homem perigoso, sem posses e sem nome, só poderia reunir atributos de desordem e periculosidade.<sup>28</sup>

Desta maneira, e nesse contexto, o capitão Lopes ia se tornando um referencial fronteiro entre a cidade da ordem e a da desordem, amado por alguns e temido por outros. Comparado por Abílio Barreto ao Javert de Hugo,<sup>29</sup> dado o seu rigor no combate ao delito, o sobranceiro capitão, depois elevado à patente de major, agia com “[...] sabedoria, critério e firmeza inflexível dentro do âmbito das suas atribuições e, assim, conseguiu, desde o principio, popularizar-se, fazendo-se estimado pela melhor sociedade e temido pela gente mal procedida” (BARRETO, 1936:350).

O periódico *A Capital* de Belo Horizonte publicava em 1897 uma crônica intitulada “Honra ao mérito”, veiculada por ocasião da saída do Capitão Lopes do cargo de subdelegado do distrito de Belo Horizonte:

“Amável e delicado com todas as pessoas de bem, [...] [conquistou o Capitão Lopes] geral simpatia. Ai da ordem publica na barafunda desse cosmopolitismo individual em Belo Horizonte, si não fosse o tino, prudência, e a justiça do

---

<sup>28</sup> É importante considerar o tratamento que damos aqui a esse termo *família*, tal qual ele aparece recorrentemente nos documentos por nós analisados. Trata-se, segundo nossa interpretação, de uma família específica, a família mineira católica. Não significa, portanto, família como “Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união; Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consangüinidade; Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção” (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, Século XXI, 2002). A Família, a que se referem os cronistas da época e o próprio Afonso Pena, em artigo citado, representaria uma instituição, um referencial identitário que define pessoas de bem e pessoas de mal. Assim, embora acompanhados de esposa e filhos, e, portanto, *com* família no sentido antropológico, os imigrantes e migrantes nacionais chegados ao arraial para inserirem-se no trabalho de construção da nova capital não podiam ser considerado membros da “família mineira”, justamente por não reunirem elementos fundamentais, como a posse, a procedência, o nome. Essa consideração nós a fazemos com parcimônia porque não compõe o eixo central do nosso trabalho tentar uma análise mais aprofundada sobre a constituição social dessas famílias, de sorte que assinalamos a possibilidade e a necessidade de um estudo mais preciso e atento a conceitos da antropologia para essas famílias e o seu lugar no processo de formação das representações sobre a família mineira e a mineiridade delas.

<sup>29</sup> Javert, personagem do romance *Os Miseráveis* (1862) de Vitor Hugo, era um policial implacável que agia astuto e inclemente na captura dos “fora-da-lei”.

Capitão Lopes, sempre cercado do merecido apoio! [...] Terror dos velhacos, vagabundos e desordeiros, ele é um temível Menelik em Belo Horizonte”.<sup>30</sup>

Parece, pois, formar-se uma ideia em torno da legitimação da segregação e da exclusão sociais a partir da “necessidade” de manutenção da ordem pública. Mas em situações não diretamente relacionadas à periculosidade do crime, e, portanto, fora propriamente do âmbito da ação policial, também se pode observar esse discurso segregacionista. Com efeito, são também nas entrelinhas que “lemos” a legitimação desse quadro. Num anúncio aparentemente neutro sobre a estada na cidade de uma tourada da empresa *Rodero*, o jornal *Folha Pequena*, assim escreve: “A empresa Rodero dará amanhã o seu segundo espectáculo [...] Ficaram prompts os camarotes especiais destinados as exmas. famílias e independentes das archibancadas [sic]”.<sup>31</sup>

Voltemos agora à questão das espacialidades para juntá-las à ética do trabalho que se queria imprimir ao cotidiano da cidade e dos seus habitantes mais inóspitos. Como observamos acima, Favela e Córrego do Leitão foram os dois núcleos populacionais ocupados originalmente pelos imigrantes e outros trabalhadores pobres. Tidos como lugares de enclave, focos de periculosidade, bairros turbulentos, “[...] aglomerações humanas consideradas a Suburra da futura cidade”, esses dois bairros estiveram desde o princípio na mira do Capitão Lopes e suas praças. A vigilância e a violência estavam, pois, reservadas aos “brigões do populacho”, aos taverneiros, às mulheres da vida, aos vadios. Sempre com “[...] rjeza para como os refratários aos imperativos legais e aos bons costumes, jamais praticando a menor violência com a gente ordeira e morigerada” (BARRETO, 1936, p. 351), o Capitão Lopes, tinha na sua nobreza o reflexo de uma sociedade que elegia o alvo de sua perseguição e punição.

Favela e Leitão eram, pois, lugares “[...] onde fomentavam todos os maus instintos das camadas mais ínfimas da sociedade, [onde] as desordens eram freqüentes”, relata um periódico da época citado por Barreto (1936, p. 351). Agrava-se essa situação, mas não a determina, a presença massiva do elemento imigrante. Como vemos, o imigrante reunia caracteres nocivos e avessos à boa imagem da cidade: desprovidos, instáveis no domicílio, moradores de bairros provisórios e improvisados, em contraste inadmissível com a cidade racional de traços retos e precisos, “aventureiros”, sem compromisso com a ordem na cidade, sem raízes, a quem falta o “sentimento de dever” para com a nova e nobre cidade que emergia.

“E era assim que elle [Capitão Lopes], á noite, enquanto a população ordeira dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, reprehendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os

<sup>30</sup> *A Capital*, Belo Horizonte, 11 ago., 1897.

<sup>31</sup> *Folha Pequena*, Belo Horizonte, 27 ago. 1904, grifos nossos.

construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado problema da ordem pública.” (BARRETO, 1936, p. 352)

Observe-se aqui uma inversão fundamental no seio desse jogo semântico. O que citamos em Abílio Barreto até então foi, em maioria, matérias de jornal levantadas pelo autor referentes ao tempo de formação mesma da cidade de Belo Horizonte. A citação acima, porém, é do próprio Barreto, cuja obra é publicada em reverência à capital mineira, nos anos 1930. Cruzando essa fala com outras fontes, especialmente os artigos de jornal que viemos arrolando até aqui, mas também relatórios de prefeitos e chefes de polícia, bem como ocorrências policiais, podemos inferir sobre a sedimentação desse ideal do trabalho conferido – ou esperado – em meio à própria massa trabalhadora. Interessa notar que essa “ética do trabalho”, cuja aura guarda relação íntima com o “compromisso do dever” supra-referido, chega à cultura simbólica dos próprios grupos pobres, os quais parecem aqui se dividir: de um lado os laboriosos trabalhadores da construção civil, cujo desígnio – construir a cidade – repousa no sono da ordem e do merecimento, aos cuidados do giro de inspeção noturno de Lopes e sua equipe; de outro lado, está a turba vadia, a quem o senso de ordem deveria ser imposto a todo custo.

Ainda assim, a retórica da vida ordeira podia ser usada por meliantes em sua defesa. Essa cultura parece intrincada porque o próprio homem pobre, uma vez enquadrado por contravenção – como jogo de azar – ou vadiagem, irá se defender dentro dessa mesma lógica de argumentação.

No caso dos lugares mais pobres, o jogo aparece relacionado ao álcool e à desordem. O caso mais interessante neste sentido é o que corrobora as nossas hipóteses de que o ideal do trabalho ordeiro e regular esteve presente na ação policial junto à sociedade é o da prisão de doze homens e um dono de botequim num bairro pobre de Belo Horizonte, acusados de praticarem jogo de azar, contravenção das mais sérias, legal e moralmente, constante do Código Penal de 1890 e, naturalmente, presente entre as posturas municipais.

Era entre nove e dez horas de uma noite comum. Como de costume, amigos se ajuntavam para beber, prostrar e jogar no botequim do Sr. Vitório Lorenzato, italiano, residente em Belo Horizonte, já com passagem pela polícia. Localizado à Avenida Paraopeba, no Barro Preto, o botequim tinha em suas adjacências outros salões em que era habitual a jogatina. Naquele dia, 13 de agosto de 1915, cumprindo ordens do Sr. Delegado de Polícia da 2ª. Circunscrição, Dr. Orlando Pimenta Bueno, o subdelegado Alferes João Baptista Soares encontrava-se na Avenida Paraopeba em “giro de inspeção”, acompanhado de mais alguns soldados de seu destacamento, todos armados de fogo, faca e cassetete.

Ao se aproximar do botequim de Lorenzato, o subdelegado percebera uma “algazarra” orquestrada por uma turma que jogava escopa, jogo de azar originário da Itália e praticado com baralho comum. Dirigiu-se, então, ao dono do bar; queria auferir dele alguma explicação para o ilícito. Lorenzato, segundo contaria o próprio subdelegado, o recebera com não somenos repúdio e agressões verbais, entre as quais uma reverberava em destaque e a plenos pulmões: “não tenho que lhe dar satisfação, pois, em minha casa quem manda sou eu (!)”.<sup>32</sup> Neste ínterim, o subdelegado, que sabia da passagem de Lorenzato pela polícia, deu voz de prisão ao italiano e a outros doze homens que jogavam.

Em 30 de agosto de 1915, o subdelegado Soares, enviava ao Delegado de Polícia da 2ª. Circunscrição da Capital, a seguinte correspondência:

“[...] cumpre-me informar-vos que na noite de 13 do corrente mez, conforme vossa determinação, segui para o Barro Preto, acompanhado de alguns soldados deste destacamento, a fim de policiar aquele distrito que se achava infectado de pessoas desordeiras e desocupadas [sic]”.<sup>33</sup>

Vê-se aqui claramente a imagem que se criara a propósito do Barro Preto. O bairro pobre, além de não receber as benesses dos bairros centrais, tais como infra-estrutura e embelezamento, torna-se depositário de uma imagética pautada em predicativos de lugar perigoso, propício à proliferação de práticas ilícitas e contravenções. O botequim de Lorenzato reúne todos os maus predicativos, conforme juízo da “cidade-de-bem”, sendo, pois, alvo prévio e legítimo da ação policial. Como o próprio subdelegado coloca no relatório acima, aquele distrito, o Barro Preto –bairro de operários, originalmente uma colônia agrícola depois parte da geografia suburbana da cidade – estava infectado por desordeiros e desocupados, sendo forçosa ali a ação preventiva.

O caso gerou duas repercussões, que podem ser analisadas em outros dois documentos. O primeiro documento chegou às mãos do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais no dia 18 de agosto de 1915, isto é, cinco dias após o ocorrido. Tratava-se de um abaixo-assinado escrito por Vitório Lorenzato e seus amigos, presos na noite do dia 13 daquele mês. A carta dizia assim:

“Os abaixo assignados, vem ante V. Ex. pedir providencia contra o seguinte factio arbitrário praticado pelo Alferes João Baptista, subdelegado do Barro Preto, no dia 13 do corrente, às 9 horas da noite: no dia acima mencionado estavam os

---

<sup>32</sup> Correspondência enviada pelo Subdelegado do Barro Preto e Calafate, Alferes João Baptista Soares, ao Exmo. Sr. Dr. Orlando Pimenta Bueno, D. D. Delegado de Policia da 2ª. Circunscrição. 30 de agosto de 1915. Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais.

<sup>33</sup> Idem.

abaixo assignados pacificamente em a casa commercial do cidadão italiano Victorio Lorenzato, jogando simplesmente por divertimento, um jogo Italiano denominado, 'escopa', quando a casa daquelle senhor foi invadida abruptamente, pelo referido Alferes acompanhados um soldado da força publica, que effectuou sem motivos ao justificado a prisão dos abaixo assignados, fazendo-os recolher o xadrez da 2a. delegacia onde ficaram até o dia seguinte, às 11 horas da manhã."<sup>34</sup>

O jogo de azar é, segundo o Código Penal de 1890, uma contravenção, mas parece que os reclamantes não o sabem, ou não o consideram se jogado, conforme apontam na carta, por mero divertimento. Ora, mas o teor da carta não reside no fato de o jogo ser ou não ser de azar. O que os presos pedem é providência, pois julgam estarem dentro de seu direito e protegidos pelas paredes de uma propriedade privada. Eles parecem querer colocar limites à intervenção policial aparentemente já cultivada de conflitos entre a população daquela localidade. Adiante no abaixo assinado, lê-se o seguinte:

“Acresce ainda que a injusta prisão dos suplicantes foi levado a efeito com violências e acusações de pancadaria e até de morte, pois o dito alferes empenhara um revolver assim como algemas [...soldados] que também por ordem do subdelegado empunhavam armas de fogo, facas e cacete.”<sup>35</sup>

É, pois, o caráter invasor e arbitrário da abordagem policial que incomoda os reclamantes, cujo argumento está centrado no fato de terem sido agredidos e maltratados pelos soldados da força pública. Mas o clímax da carta está nas linhas finais, quando os requerentes se declaram “cidadãos operários”, honrados por isso e merecedores, portanto, de justiça. Assim escrevem:

“Os supplicantes são todos *cidadãos pacíficos e hordeiros*, vivendo honestamente de *suas profissões* como podem atestar as autoridades desta Capital. Confiados, pois, no espírito [...] da justiça, que [é] característica dos [...] policiais, os supplicantes operários desta capital esperam providências que o caso exige. Nestes termos pedem justiça: Domingos Pessoto (proprietário da Marcenaria); Ardunio Trattesio (Pedreiro); Pedro Nicolau (Pintor); Emilio Righi (Pedreiro); Manuel Alono (Comercio); João Pedro de Resende (Eletricista); Silvio Lazaretto (pedreiro); Moreto Nicolau (Pintor); Lourano A Batista (guardalivro); Vittorio Lorenzato.”<sup>36</sup>

É notável a importância daquele discurso do trabalho digno e regular, do qual falamos em grande parte deste estudo, na vida e na relação da sociedade com a polícia de Belo Horizonte. O mesmo discurso que fundamenta as perseguições e consequentes prisões, também serve à defesa dos detidos, o que revela uma situação em que códigos e valores são

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Idem.

compartilhados, ao menos como estratégia discursiva. O abaixo-assinado enviado ao Chefe de Polícia pelos detidos do botequim de Lorenzato, em que este se inclui, deixa ver um verdadeiro exercício de cidadania por parte dos reclamantes, que, além de cobrarem justiça da autoridade competente, esperam que a polícia, no exercício de sua função, faça valer o papel de instituição representante por excelência da ordem e da justiça sociais.

A lei pela lei não tem poder de aplicação se não for reconhecida por referenciais sócio-culturais muitas vezes relacionados a signos morais que constituem o imaginário de uma coletividade. A formulação dos rótulos<sup>37</sup> permite criar essa correspondência entre a letra da lei e a realidade prática; ao cabo, trata-se de criar “[...] condições que favoreçam a aplicação da lei [...] condições [que] decorrem da delimitação das fronteiras entre ordem e desordem. Especificamente falando, isto significa classificar, estigmatizar, rotular e criminalizar certos comportamentos e grupos sociais” (ANDRADE, 1987, p. 7).

Outras prisões podem ser observadas no mesmo bairro. Em 1913, por exemplo, o periódico *A Capital*, de Belo Horizonte, noticiava a prisão de “[...] Maria Nazareth, presa no Barro Preto pela patrulha ali em serviço, por embriaguez”.<sup>38</sup> Mais uma vez uma prisão de tipo disciplinar: embriaguez, apesar de ser uma contravenção em si mesma, por suscitar vandalismo e desordem, representa, com efeito, o não-trabalho regular e digno do imaginário que se criara na e pela cidade. Estar embriagado significava descompromisso com certos valores que contrariavam o mundo reto do trabalho. O ébrio estaria mais próximo do vadio, e mais distante do operário padrão, filiado ao sindicato católico, afinado com a ordem e a moral públicas.

No contexto das cruzadas morais verificadas no cotidiano da cidade de Belo Horizonte, tanto na ação policial como nos códigos de postura, os jornais também traziam amiúde notas de repúdio à presença de bêbados que comprometiam a boa imagem – civilizada e asseada – da cidade. O *Operário*, jornal da confederação católica do trabalho, como dissemos acima, certa vez publicara a seguinte avaliação acerca do álcool e de sua ação no organismo humano:

“o álcool empana a inteligência e degenera o caráter; depaupera o organismo, conspurca o lar, promovendo a sua dissolução: arruína as finanças. Em suma, o

---

<sup>37</sup> A teoria dos rótulos, presente entre os estudiosos da sociologia preocupados com os chamados “fenômenos desviantes”, compreende o desvio como fruto da imputação de um rótulo desviante a certos indivíduos por parte de uma sociedade. Como escreve Howard Becker, em *Uma teoria da ação coletiva*: “[...] desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal” (Apud: ANDRADE, 1987, p. VI). Desta maneira, concebe-se o desvio como uma reação pública, e não como uma constante cabível a qualquer indivíduo que se encontre em situação de delito conforme prescrevesse a lei. Assim, esclarece Andrade, “[...] a rotulação não é um processo inevitável, porque, em muitas ocasiões, os indivíduos quebram regras e não são rotulados como desviantes, ou não quebram regras e são rotulados” (ANDRADE, 1987, p. VI).

<sup>38</sup> *A CAPITAL*, Belo Horizonte, 27 maio 1913, p. 4. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

homem que embriaga-se reduz-se a um se abjeto, e neste particular inferior aos animais.”<sup>39</sup>

Ressalte-se que o título do artigo é “uma definição para muita gente decorar”, o que se já não insinua o grande número de usuários de álcool circulantes à capital, ao menos aponta para a possibilidade iminente de esse número crescer a passos largos.

Por embriaguez também seria preso mais tarde naquele mesmo 12 de maio de 1913 “[...] o carregador n. 7, João Ferreira, [encontrado em estado alterado na] Avenida do Comercio, [sendo autuado] pelo guarda ali de serviço [...]”.<sup>40</sup> Além deste, um homem de profissão não identificada, chamado “[...] João da Matta Ferreira, [fora também preso] na Rua Tupinambás, por promoção de desordens, pelo guarda ali de serviço”.<sup>41</sup> Também na região da 2ª. Circunscrição, em que se inscrevem as seções do Barro Preto e Calafate, outra prisão ocorrera. Na letra da matéria jornalística lê-se as seguintes palavras: “Na ocasião em que, embriagado, perturbava o sossego público à Avenida Amazonas, foi preso e conduzido à 2ª. Delegacia o indivíduo Manoel Moreira”.<sup>42</sup> Adiante, sem especificar o delito, a mesma matéria acrescenta que “correcionalmente foram presos e trancafiados no xadrez da 1ª. Delegacia Otavio Ozório, João Macário, Orozimbo Monteiro, Eduardo Câmara, Maria Leopoldina da Conceição, Anna Cecília, Maria Benedicta e Theodoro Silva”.<sup>43</sup> Em 1913, “foram presos Carlos de Carvalho e Carlos [?] de Queiroz na porta do circo por praças ali de serviço por estarem embriagados e promovendo desordens; Maria José de Jesus e Alexandria dos Santos na porta do Circo [também] por estarem embriagadas; Maria da Conceição Chagas, presa na Rua Rio de Janeiro por pronunciar nomes injuriosos na rua”.<sup>44</sup>

Certa vez, *O Operário* trazia na coluna “Pela Moralidade”, artigo repudiando a nudez presente em muitos filmes exibidos na capital. De uma maneira geral a Liga baseava-se no fato de que era necessário agir contra a:

“corrupção dos costumes [que], oriunda dos desejos incontidos de prazeres materiais, é sem duvida um dos fatores da decadência da sociedade, da delinqüência dos povos, da fraqueza e da ruína das nações, [...concorrendo ainda] a incontinência, a sensualidade desenfreada [...] para o desequilíbrio econômico [...] para o retardo de solução da questão operária.”<sup>45</sup>

<sup>39</sup> *O OPERÁRIO*, Belo Horizonte, 26 out. 1921, p. 4.

<sup>40</sup> *A CAPITAL*, Belo Horizonte, 20 out. 1918, p. 4. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>41</sup> *Idem*.

<sup>42</sup> *A CAPITAL*, Belo Horizonte, 25 out. 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>43</sup> *Idem*.

<sup>44</sup> *A CAPITAL*, Belo Horizonte, 12 maio 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>45</sup> *O OPERÁRIO*, Belo Horizonte, 10 jul. 1920, p. 1.

Esse fragmento demonstra o que nos esforçamos aqui por aproximar: moral e mundo do trabalho. Como colocamos no início desse artigo, acreditamos que a falta de medidas concretas de infra-estrutura de modo a receber o trabalhador no espaço urbano regular agravou a necessidade de se ordenar a *urbe* da maneira com que ela cresceu, desordenadamente. Conjecturamos que essa moral pública e a sua correlata ética do trabalho foram pretendidas como possibilidades, ao menos imagética, de constituição da ordem urbana queurgia em se consolidar.

Alfredo Camarate, em texto publicado no periódico *A Capital*, assinando o seu pseudônimo mais conhecido Alberto Screw, escreve em 1896 que:

“Queixam-se alguns de sua [Capitão Lopes] rispidez e eu acho que elle é a auctoridade que melhor assenta, nas tumultuosas e anormaes circumstancias que atrevesamos e que deixadas ao Deus-dará, se transformaria nuam casa de Orates onde todos andariam ás marradas, fazendo justiça pelas proprias mãos, imitando a justiça de Fafe, de Portugal, ou a dos lynchamentos da América do Norte. O Capitão tem o verdadeiro senso pratico e consta-me que, afim [sic] de distribuir uma penalidade suave e igualitaria, para crimes de somenos importancia, obriga os presos a fazer a limpeza das cavallariças policiaes, com o que lucra muito a hygiene da terra e da saude das cavallidades alli abrigadas!”<sup>46</sup>

O discurso de Camarate projeta a aura harmônica emprestada à cidade. Tudo é louvável num ambiente em que impera a razão construtora e administradora, onde cada filão é fruto do pensamento ilustrado, bem planejado, bem moderno. No caso desse artigo, a reverência recai sobre a figura do Capitão Lopes, verificando-se que o nobre subdelegado, representante máximo da ordem na cifra da autoridade e da rispidez, perfil mesmo da própria comissão construtora de que fazia parte o seu autor, encarnaria a própria aura da cidade. Camarate elimina os possíveis excessos, retira ao capitão os exageros de uma autoridade que poderia cometer abusos dada a situação tumultuada que enfrentava no seu ofício, e o exalta porque o próprio utiliza a ocupação, o trabalho, para investir punição leve àquele que caísse na malha de sua atuação.

A figura do Capitão Lopes insere-se então como uma *imagem* da cidade. Ela representava a ordem almejada pelas boas famílias residentes à capital ainda em vias de construção. Capitão Lopes, e mais especialmente a imagética que se criou a propósito dele na crônica jornalística, na cantiga popular, e nos documentos oficiais, são projeções de uma cultura urbana da vigilância e imposição de uma ordem que se consolidaria nos primeiros anos de existência da nova capital, perdurando por toda a Primeira República: uma ordem do trabalho.

Uma poesia popular circulante à época pode ser ilustrativa dessas representações sobre o trabalho digno, que enobrece o homem, em especial, caracteriza os cidadãos mineiros:

---

<sup>46</sup> *A Capital*, Belo Horizonte, 03 de abril de 1896.

“Já o sol com seus lumes fulgentes  
desce á terra a dor da vida e calor  
Eia! Erguer, meus irmãos, e contentes,  
Ao trabalho com alma e vigor!  
Lide a mão que não teme o conção, [sic]  
Lide o peito que tem coração.  
Na bigorna batendo o compasso,  
Diga o malho ao artista a canção.  
O trabalho nobrezas encerra,  
É quem glorias á patria conduz;  
Só o trabalho dá frutos á terra,  
Só trabalho nobreza produz.  
[...]  
Á vitoria! Á vitoria! – sem susto,  
Mostre o peito firmeza e valor;  
Quem confia em seu braço robusto,  
Não lhe falta na lucta o vigor.”<sup>47</sup>

Esses versos, saídos da pena do poeta J. Jardim, inserem-se exemplarmente no contexto de troca de gestão da comissão construtora. Aarão Reis exonerado do cargo de engenheiro-chefe em 1895 entrega-o a Francisco Bicalho, a quem competiria tornar concretos os planos de seu antecessor. Toda essa concepção sobre o trabalho da Comissão Construtora relembra a máxima de João Pinheiro: “Belo Horizonte, noiva do trabalho”. E esse ideal de trabalho parece perpassar toda a realidade da cidade, estando presente entre os principais problemas enfrentados pelo poder público, encarnado nas instituições de guarda, vigilância e policiamento.

Ainda no contexto de construção da cidade, a presença imigrante ganhará lugar central na conformação do espaço e na orientação da atividade do poder público na manutenção da ordem. Um processo de estigmatização do imigrante se dará a partir de referenciais que o qualificam sob critérios de inserção no trabalho formal e grau de periculosidade à integridade física e moral da cidade e das famílias proprietárias. Desde os primeiros tempos de sua aparição, o imigrante italiano fora visto pelos cronistas e pelos policiais como desordeiro e turbulento. Na crônica de Pe. Francisco Martins Dias, o colono aparece como difusor de maus hábitos e propulsor da “heresia protestante” (DIAS, 1897). Abílio Barreto, nos anos 1930, não menos consternado, também lembra a falta de paz diante da presença imigrante, quando: “[...] a pacata localidade [o autor refere-se obviamente à Curral d’el Rei de 1895] [...], invadida por verdadeira onda de nacionais e estrangeiros, teve imediatamente, a sua vida e os seus costumes muito modificados” (BARRETO, 1936, p. 347).

---

<sup>47</sup> Citado por BARRETO, 1936:347, grifos nossos.

Como salientamos acima, o elemento imigrante chegou à cidade de Belo Horizonte, ou melhor, ao arraial de Curral d'El Rei, a partir de uma ação deliberada do governo do estado por meio da CCNC. Eles, os imigrantes, tinham, pois, uma tarefa a cumprir: construir a cidade. Concluídas as obras, aqueles que não lograssem conseguir outra ocupação, foram, assim como vieram, incentivados a abandonar a cidade, ou ir se estabelecer nos arrabaldes, sobretudo nas zonas rurais, destinadas ao agropastoreiro de subsistência e abastecimento. Embora compelidos, não o fizeram em maioria, e a população continuou a crescer, sobretudo nas zonas pobres.

Além dos já estabelecidos, outros contingentes populacionais – estes nomeadamente mineiros e nacionais – chegavam todos os dias à nova capital, atraídos por perspectivas de proveito fácil, o que parece ter propiciado o aumento da população pobre frustrada originalmente em seus propósitos. Segundo observa Abílio Barreto:

“Correndo célebre por toda parte a notícia das rendosas obras que se encetavam em Belo Horizonte, com perspectivas sedutoras de ganho abundante e fácil, crescia vertiginosamente a população local com a chegada contínua de operários e de outros elementos adventícios de ambos os sexos e de todas as nacionalidades, em maioria italianos, muito turbulentos, de reputação duvidosa.” (BARRETO, 1936, p. 347)

O processo tem uma lógica clara. A comissão construtora desejava mão-de-obra barata e imediata, senão relativamente qualificada, para edificar a cidade, mas a construção civil e atividades adjacentes não comportariam número ilimitado de trabalhadores, e, ao que parece, esse número superou a capacidade de absorção pelo mercado empregatício. Além disso, as obras intensivas dos dois primeiros anos diminuiriam consideravelmente depois da inauguração da cidade. Criara-se, pois, uma situação de decréscimo das oportunidades de emprego, sendo comum encontrar nos bairros suburbanos, originalmente destinados às habitações operárias, homens e mulheres ociosos, envoltos a um processo irreversível de sua condenação pela “cidade da ordem”. Abílio Barreto relata o itinerário dos imigrantes desempregados. Segundo ele, “[...] iam [os estrangeiros] improvisando cafuas e barracões para suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem algum abrigo” (BARRETO, 1936, p. 437).

O chefe de polícia do estado de Minas Gerais fazia a seguinte leitura da capital em 1898:

“Nesta capital, povoada por milhares de habitantes de todos os continentes e países, raças, costumes e profissões, devo assinalar que o uso de armas ofensivas estava espantosamente generalizado, entre homens, mulheres e até

crianças [... assim] a ação policial exercita-se de modo extenso, quanto às prisões, nomeadamente as correcionais para as leves contravenções.<sup>48</sup>

As palavras do chefe de polícia revelam uma preocupação premente com uma cidade que se tornara uma espécie de lugar de ninguém, reduto das mais diversas intenções, de ações muitas vezes não condizentes com o projeto estruturado pela cidade da ordem. Essa mesma questão faz-se presente no relatório do ano de 1899, “[...] pelo desenvolvimento da cidade, já habitada por milhares de indivíduos de diferentes países, raças e costumes, a ação policial exercita-se de modo extenso, quanto às prisões, nomeadamente as correcionais para as leves contravenções”.<sup>49</sup>

Assim a capital recém-inaugurada, limpa e bela, próspera e opulenta, senão na prática ao menos no discurso, teria de conviver com a sua sombra, isto é, a miséria, a pobreza e o crime. Como salienta Andrade (1987, p. 8), “a presença dos imigrantes era sentida como uma verdadeira invasão, e a ‘gente boa, ordeira e cortês’, como eram chamados os belo-horizontinos, teria agora que conviver com os imigrantes, comumente rotulados de turbulentos e desordeiros”. É assim que o elemento imigrante tornar-se-ia o alvo central da polícia nos anos imediatamente posteriores à inauguração da nova capital. E junto com a perseguição dos indivíduos propriamente, parece haver por detrás da atividade policial toda uma rede de concepções que em conjunto compõem uma cultura do repúdio ao imigrante, principalmente o italiano.

Andrade, porém, considera que o principal critério orientador da perseguição policial aos imigrantes era o fato de serem “estrangeiros”. Segundo a autora a procedência do indivíduo, aliada à necessidade de evitar o ócio, parece ter se tornado o conteúdo das perseguições. Por isso mesmo associar o imigrante à figura do erradicado, sem compromissos e laços afetivos com o local onde reside, imprimindo-lhe o rótulo de “aventureiro”. O desemprego e a falta de assistência pública os tornariam, os imigrantes, alvos centrais da ação da polícia nos primeiros anos da capital. Apoiando-se nas teorias de George Simmel sobre a representação sociológica do estrangeiro e Alfred Schutz sobre o forasteiro, Andrade argumenta que a figura do imigrante se insere no imaginário social da cidade de Belo Horizonte como um estranho que, conforme a sua natureza instável e sem fixação, instala-se como um problema mesmo cultural. Lembrando Simmel, a autora ressalta que “[...] o estrangeiro, apesar de estar ligado ao grupo de modo inorgânico, constitui um membro orgânico deste, e o que caracteriza essa posição é ela se compor de certa proporção de proximidade e distância, presentes em todas as relações humanas, mas que adquire uma forma peculiar para o estrangeiro” (ANDRADE, 1987, p. 10). A

---

<sup>48</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1898.

<sup>49</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1899.

mesma autora lembra que eram frágeis os limites colocados entre o trabalhador e o vadio, o que, somado ao caráter impetuoso do imigrante, contribuía para torná-lo suscetível à aplicação de rótulos, especialmente o de aventureiro.

Essa avaliação é importante para compreendermos as construções de sentido de uma sociedade que se construía a partir de sua negação. No âmbito, pois, das construções identitárias da cidade, o que ao cabo informa as ações da própria polícia, o imigrante acabou se tornando o depositário de elementos que a “sociedade de bem” reprovava, mas o rótulo de estrangeiro ou forasteiro, como o concebe Andrade, não dá conta de definir as fronteiras entre o mundo da “ordem” e o da “desordem”. Não discordamos absolutamente da interpretação trazida por Luciana Andrade, vemos ser crucial o fato de o sujeito ser estrangeiro para que se lhe pudesse atribuir os predicativos de um *indesejado*. Propomos, porém, uma reavaliação desta concepção no sentido mesmo de circunscrevê-la em uma lógica mais geral da inserção imigrante.

Os hábitos de frequentar os botequins das áreas suburbanas colocam os imigrantes na mira das ações e prisões preventivas. Ao tratar do período em foco, Abílio Barreto relatava o seguinte: “[...] aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, esplanando [sic] o solo e construindo a cidade [...] mal a noite caía, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e ai bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios” (BARRETO, 1936, p. 52).

Observe-se que mesmo nos tempos em que o imigrante estava relativamente absorvido pelo mercado de trabalho da construção civil – aliás, a que ele veio originalmente – seus passos estavam devidamente vigiados, dentro e fora do ambiente de trabalho. Embora essas palavras possam sugerir que o estatuto de imigrante era o que determinava a perseguição, havemos de observar que o alvo da ação policial encontra-se nos hábitos desenvolvidos no cotidiano dos grupos trabalhadores, não só imigrantes. Veja-se que o jogo, o tabaco, a bebida, a taverna, isto é, elementos presentes no cotidiano dos trabalhadores determinavam a construção de uma imagem de delituoso em potencial, o que fundamenta e legitima a ação policial deliberada nos bairros operários.

Nos registros policiais e nas matérias veiculadas pelos jornais os considerados vadios são tratados por “indivíduo fulano de tal”, o que parece desclassificá-los, na medida em que se lhe retira o sobrenome, o domicílio e também o referencial de família. O “fulano de tal” passa automaticamente de vadio – algo muitas vezes circunstancial ou falso já que é comum encontrarmos verdadeiras “notas de repúdio” enviadas pelos presos às delegacias de polícia, afirmando terem sido autuados injustamente, estando empregados e domiciliados como manda

a lei – para indivíduo de má índole, e, daí, perigoso, afinal não tem família, não tem residência fixa e não tem ocupação.

Por tudo isso, o imigrante fora colocado nesses primeiros anos do nosso recorte – tanto no período da construção da estrutura básica da cidade (1895-1897) quanto no imediatamente posterior em que ainda se observam, a despeito do decréscimo, consideráveis percentuais de estrangeiros na composição total da população belo-horizontina (1897-1901) – nas malhas da ação policial, de maneira que as próprias horas de lazer passam a ser fonte potencial de desordem e contravenção.

O artigo 399 do Código Penal de 1890, classificava como vadio aquele que:

“[...] deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite, prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.”<sup>50</sup>

A tônica do Código parece ser a da estabilidade. A Lei projeta na realidade a maneira mais sóbria de se promover a segurança a partir da previsibilidade da ação dos indivíduos. Ter domicílio e trabalho significaria ter vida estável e, portanto, melhor controlada. Quando da virada do século XIX para o XX, o estrangeirismo deixaria de ser o critério central de discriminação utilizado pela polícia para definir o delituoso em potencial, e entraria em vigor um novo elemento fronteiro entre o mundo da ordem e o do desvio: o trabalho.

Assim o rótulo de aventureiro passaria a conviver com um ponderativo, a afinidade ou não ao trabalho regular. O imigrante passaria a ser definido como “bom” quando provasse ser trabalhador e honesto, e “mau” (e aí sim aventureiro) quando ocioso. Se antes os imigrantes eram indiscriminadamente tratados como os devassos da capital, agora se opera uma distinção no seio do grupo. O trabalho tornar-se-ia, pois, a principal baliza de definição do indivíduo entre a vida regrada e previsível, e o ócio, desordeiro e repugnante.

No relatório de Chefe de Polícia do ano de 1901 lê-se o seguinte:

“[...] nacionais e estrangeiros, morigerados, sóbrios e trabalhadores uns, aventureiros outros, avessos ao trabalho e dados à vida fácil das especulações [...] Os bons elementos emigraram à procura de remuneração para sua atividade lícita; outros lutam com sérias dificuldades sem abandonarem, todavia, o trabalho; os maus, porém, permanecendo como meros consumidores, constituíram-se em grave ameaça à ordem pública e à segurança individual.”<sup>51</sup>

<sup>50</sup> SIQUEIRA, Galdino. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editor Jacintho Ribeiro dos Santos, 1924.

<sup>51</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1901.

Parece claro aí que a questão fundamental é o trabalho, residindo nele o critério maior de classificação dos desviantes sociais. A própria visão do aventureiro passa a ser função da fronteira entre o trabalho regular e o não-trabalho, ou mais condizente com a concepção policial, o ócio. Com efeito, o mundo do trabalho e da conduta moral no espaço público parece ordenar toda a lógica da definição do delito e do delituoso. A ordem pública é focada na letra do relatório em concordância com resoluções do Código Penal de 1890, que para além de resolver sobre a ordenação do trabalho, destinava-se também em larga medida à manutenção da ordem no espaço público urbano.

A estigmatização não cessou. Em verdade a sua origem remonta à planta original da cidade onde já se previa um quadro de segregação espacial deliberada. Segregação esta que, combinada ao agravamento da pobreza e da exclusão sociais, passaria a fundamentar-se no critério da propriedade privada e na condição econômica de compra e manutenção de casas nas áreas centrais, onde a especulação imobiliária era crescente.

Assim, um lugar como o Barro Preto ou o Calafate passam a ser considerados lugares perigosos *a priori*. E os moradores dali também são rotulados dentro dessa lógica. O Chefe de Polícia de Minas Gerais em relatório ao Secretário do Interior, em 1907, escrevia que havia na cidade de Belo Horizonte “[...] certa classe de indivíduos, *que pelos seus hábitos e modos de vida, fornecem o contingente mais temeroso para as cadeias e penitenciárias*”. Ele referia-se, como enfatiza, “[...] aos *vagabundos e desclassificados*”.<sup>52</sup> Vagabundos e desclassificados em relação à ordem que se queria consolidar e fazer valer. O Chefe de Polícia concebe uma “certa classe de indivíduos” moldados por “hábitos e modos de vida” que, poderíamos acrescentar, não condiziam com os hábitos e modos de vida das nobres famílias que transitavam pelas ruas do centro da cidade, reluzindo praças e galerias com o brio e o glamour da moda parisiense e do estilo europeu de se vestir e portar-se em meio público urbano,<sup>53</sup> apesar é claro do pó e da poeira.

Sandra Jatahy Pesavento, em seu estudo sobre a cidade de Porto Alegre no final do século XIX, trabalha com o par identidade-alteridade a fim de compreender como a construção do sentimento de pertencimento de certos grupos a uma comunidade de sentido dá-se a partir de uma operação intelectual e simbólica, a um só tempo, de negação e afirmação. O *alter*, ou o *outro*, concretiza a diferença e dá automaticamente sentido ao *iden*, isto é, o igual, o semelhante,

---

<sup>52</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1907, grifos nossos.

<sup>53</sup> São diversas as referências em jornais da época à moda parisiense vinda do Rio de Janeiro ou direto de Paris. O jornal *A MODA* – periódico cultural e de reclames de propriedade da Alfaiataria E. Wilke e Com. – talvez seja o exemplo máximo da presença na capital de um comércio afinado com o *chic* e o *smartismo* próprios daquilo que se entendia como a verdadeira civilização (veja-se artigo interessante sobre a evolução dos estilos europeus e sua chegada ao Brasil em *A MODA*, Belo Horizonte, ago. 1909, p. 1).

o sujeito inserido em uma comunidade específica. A ideia de pertencimento torna-se correlata da de não-pertencimento, e então *nós* e os *outros* colocam-se centralmente nessa relação: *nós* é tudo aquilo que não é o *outro*, assim só existem os civilizados se a eles puderem ser confrontados os bárbaros, e daí, só há cidadãos se há os não-cidadãos, isto é, os excluídos.

O projeto de civilização presente nas cidades brasileiras pode ser entendido por esse aspecto da construção simbólica da diferença. Segundo Pesavento para além das questões materiais que envolvem o cotidiano da cidade,

“há um processo concomitante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dá sentido preciso. Os chamados indesejáveis, perigosos, turbulentos, marginais podem ser rechaçados e combatidos com o inimigo interno, ou, pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença.” (PESAVENTO, 2001:12-13)

Assim à cidade limpa e organizada se oporiam os bairros desordenados e insalubres; à figura do cidadão reto e moralizado, se oporiam os hábitos grosseiros e promíscuos dos assim taxados desclassificados, conforme a fala do Chefe de Polícia acima mencionado. Mas a cidade dos *homens de bem* não poderia negligenciar a presença desses “ébrios, descalços e indigentes” no espaço urbano da capital, por isso um elemento deverá servir de critério de seleção dos que poderiam se inserir de maneira controlada e regular à ordem cidadina, e aqueles que não poderiam fazê-lo, ficando a eles reservada a perseguição policial e o claustro em asilo ou penitenciária. Esse elemento é o trabalho ordeiro e regular que baliza a sociedade entre um mundo de cidadãos civilizados e respeitáveis e outro de delinquentes e desvalidos. Aos “profissionais da ordem” estava posta a tarefa de proteger a “sociedade de bem” do estorvo de bêbedos desordeiros e da “imoralidade” de prostitutas; das lamentações dos mendigos e da imagem incômoda (e deplorável) de dementes e escrofulosos; punir, igualmente, a vadiagem e prezar para que o trabalho, enfim, triunfasse como bastião maior *da* ordem, ou antes, de *uma* ordem, ainda em construção, debatendo-se com a realidade fora dela, menos efetiva do que desejada.

## ANEXO

### TABELA 1

**População e taxa de crescimento em Belo Horizonte (1890/1920)**

Ano	População	Taxa de crescimento anual
1890	600	
1893	2.650	64,1%
1897	12.000	45,9%
1900	13.472	3,9%
1905	17.615	5,5%
1910	33.254	13,5%
1912	38.822	8,1%
1920	55.563	4,6%

Fonte: ESTEVES, 2003, p. 62.

(Barreto, 1950, p.61 e 274; PLAMBEL, 1979, p.70; IBGE, 1938, p.128).

**Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1987. Dissertação de Mestrado.

AZEVEDO, Arthur. "Um Passeio a Minas". *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, 1982, nº 33.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897)*. Belo Horizonte: Rex, 1936.

BOMENY, Helena, *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edições Tempo Brasileiro, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella M. *O cidadão e a política nos projetos republicanos no Brasil: 1870-1910*. Departamento de História – UNICAMP, [s.d.]. Mimeo.

DULCI, Otavio Soares. "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia". *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, 1984.

DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LOPES, Mirtes Esteves. *O imigrante português em belo horizonte e o centro da comunidade luso-brasileira (1897 - 1930)*. Porto Alegre: PUC, 2003. Dissertação de mestrado.

FARIA, Maria Auxiliadora. "Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)". *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFMG, n.1, p. 26-43, nov. 1985.

FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de Souza. "A classe operária em Belo Horizonte 1897-1920". In: *Seminário de Estudos Mineiros (5.: 1977: Belo Horizonte) – A República Velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. BH, Imprensa Oficial, 1979.

GUIMARÃES, Berenice Martins. "A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INGLESIAS, Francisco. "Trajetória e significado de Belo Horizonte". In: *Memória da Economia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, BMG, 1987.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1992. (Dissertação de Mestrado).

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, p. 339-82, 1905.

\_\_\_\_\_. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Ceres Pimenta S. Castro*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

MONTEIRO, Norma de Góes (1974). *Imigração e Colonização em Minas (1889-1980)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 1965. 2 volumes.

NASCIMENTO, Luciana Marinho do. *A Cidade de Papel: um estudo de A Capital, de Avelino Fóscolo*. Dissertação (mestrado). FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

PAIM, Antonio. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: UNB, 1999.

PAIVA, Eduardo França (Org.). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre:UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMINELLI, Ronald. "História Urbana". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, nº 39, p. 129-161, julho de 1974.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990.

\_\_\_\_\_. "Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana". *Projeto História-espaço e cultura*. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP. São Paulo, n. 18, 1999.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. "O Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às praticas". In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.

SILVA, Regina Helena Alves de. *A Cidade de Minas*. Belo Horizonte, DCP/UFMG, 1991. Dissertação de mestrado.

TASSINI, Raul. *Verdades Históricas e Pré-Históricas de Belo Horizonte, antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte, s/e, 1947.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.